



Paulo Martins Pinheiro de Lacerda: guerra preta, mercês e mobilidade social

(Angola, segunda metade do século XVIII)

ARIANE CARVALHO DA CRUZ*

Em finais do século XVIII, o governo português ainda lutava para conquistar territórios em Angola, sobretudo nos sertões. Os objetivos de manter o controle ainda não tinham sido alcançados e as guerras ainda eram constantes. Nesse contexto, alguns militares das tropas portuguesas lideraram expedições que tinham como objetivo derrotar rebeldes no sertão de Angola, a exemplo do militar Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Com efeito, a trajetória de Paulo Lacerda, evidencia que nos conflitos com chefes locais, militares das tropas portuguesas precisavam contar em grande medida com o apoio da guerra preta. A Coroa portuguesa, sozinha, com tropas débeis, não tinha condições de se impor e as políticas propostas pela Coroa portuguesa para esta conquista, precisavam contar com a participação dos africanos. Desse modo, por meio do caminho percorrido por este militar, é possível analisar a atuação de portugueses, das tropas da guerra preta, dos chefes locais e dos papéis que desempenhavam, bem como a possibilidade de mobilidade social via cargo militar e serviços de guerra.

Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda foi um militar que liderou deversas campanhas no sertão de Angola contra chefes locais considerados rebeldes, como a empreendida contra o marquês de Mossulo, entre 1790 e 1791. O militar passou por diversos postos e por seus serviços militares prestados era, nas palavras de Elias Côrrea, severo, acreditado e forte (CÔRREA, 1937: 94). Após a morte do governador José Gonçalo da Câmara Coutinho (1779-1782), seguiu-se, em 1783, o triunvirato do Frei Luís Anunciação e Azevedo, do Doutor e Ouvidor Francisco Machado Peçanha e do Coronel Pedro Álvares de Andrade, quando Paulo Lacerda participou, como comandante do exército, dos conflitos na Província de Quissamã e, neste contexto, foi envolvido em intrigas e disputas, acusações de crimes que levaram à sua deposição neste posto¹. Nesta ocasião, o capitão Paulo Lacerda acabou preso e sequestrado, sendo inocentado apenas na época do governo do Barão de Mossâmedes (1784-1790),

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

¹ De acordo com Elias Côrrea, os conflitos na Província de Quissamã ocorriam desde a época de Paulo Dias de Novaes. (CORRÊA, 1937, V.2)

continuando, sem nota alguma, como capitão da Fortaleza do Penedo, posto conferido por Sua Majestade².

No governo de Barão de Mossâmedes, houve um investimento maior no avassalamento do marquês de Mossulo e, conseqüentemente, algumas batalhas aconteceram (CARVALHO, 2013: 28). A manutenção da guerra, em alguns momentos, era vantajosa para o governo português, pois servia de recurso para o desenvolvimento de seus interesses comerciais, além de ser um meio para a expansão dos domínios territoriais. Uma grande preocupação deste governador estava relacionada aos portos de Loango, Molembo e Cabinda, ao Norte de Luanda, pois o comércio realizado nestes locais fugia ao controle da Coroa Portuguesa. Os comerciantes estrangeiros encontraram abertura para a realização das suas práticas comerciais em áreas cujas chefias não se submeteram à prática do avassalamento. Para tentar sanar este problema, a Coroa portuguesa enfrentou africanos hostis (CARVALHO, 2013: 167, 168).

Os domínios do soba intitulado marquês de Mossulo estavam situados ao norte do rio Dande, na rota do comércio praticado com ingleses e franceses, no caso de Ambriz. Por isso, avassalar este território era tão importante, campanha na qual Paulo Martins Pinheiro de Lacerda envolveu-se fortemente. De acordo com Elias Alexandre da Silva Corrêa, o marquês de Mossulo infringiu os sagrados deveres da vassalagem, protegeu o comércio estrangeiro em Ambriz e introduziu o contrabando de fazendas em Angola. Por isso, em 27 de dezembro de 1788, declarou-se, em Angola, um manifesto, contra o Marquesado de Mossulo, que exprimiu antigos e atuais motivos do “justo ressentimento” (CORRÊA, 1937, V.2: 141).

Pela *Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no ano de 1790, até o princípio do ano de 1791*, de autoria do próprio Lacerda (LACERDA, 1846), constatamos que esta campanha foi destinada a lutar contra os “bárbaros Mossuis”, que acabaram com a povoação de negros no Libongo, e também para conquistar as terras de Ambiul, Encoge, Ambuela, Quina, Onde, Massango, Lundo e Zala. Esta ação era justificada pelas perdas com os contrabandos realizados entre os homens destas terras e estrangeiros europeus na venda de alguns cativos, deixando Angola apenas com o refugio.

² De acordo com Ingrid de Oliveira, embora exista a possibilidade de ter origem portuguesa, não se sabe o local de seu nascimento nem de sua morte (OLIVEIRA, 2015: 118).

Outros militares já tinham participado de campanhas contra Mossulo com o apoio da guerra preta, a exemplo do Capitão de Infantaria Antônio José da Costa que, de acordo com Elias Côrrea, em 2 de fevereiro de 1788:

Marchou [Antônio José da] Costa para o Mossul a 2 de fevereiro de 1788 com o destacamento de 3 Capitães, 4 Tenentes, 2 Alferes, 18 Oficiais inferiores, e 110 Soldados, inclusos 3 de [sic] Cavalos. Total 137 praças militares. Uniram-se lhes mais de 5.000 negros armados, com os quais se propunha Costa alcançar triunfos, que acreditassem o seu nome (...) (CORRÊA, 1937, V.2: 142).

No entanto, a falta de munições foi um problema que levou a deserção de muitos daqueles negros. Em 1790, último ano do governo do Barão de Mossâmedes, o marquês de Mossulo voltou a atacar, pois:

(...) vendo desguarnecida a Capital se aventurou a um golpe noturno nos seus subúrbios. Mandou entrar os seus belicosos Vassallos nas Províncias de Libongo, do Dande e do Bengo, e não poupando ao ferro e fogo os brancos que encontraram, nem os negros que se lhes opunham, levaram cativos todos os que se renderam ao seu inopinado e ímpio furor (CORRÊA, 1937, V.2: 172).

O comércio de pessoas está presente nas duas investidas. Portugueses preocupados com o domínio do norte de Luanda propuseram expedições com o objetivo de eliminar a concorrência estrangeira nesta parte de Angola. Após dois anos, o marquês de Mossulo atacou os portugueses e levou como cativos todos que se renderam e que, provavelmente, foram negociados com estrangeiros na região de contrabando. Foi neste momento que o Barão de Mossâmedes, temeroso do que ocorria, ordenou ao capitão da fortaleza de São Felipe do Penedo, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, que comandasse os exércitos que iam contra este poder africano (CORRÊA, 1937, V.2: 173). Antes de retornarmos à expedição, deve-se ressaltar, nas palavras de Elias Corrêa, que o serviço de guerra era visto como uma oportunidade de mobilidade social. Ora, o que se percebe claramente é que, se governadores salientavam as aptidões e os comportamentos esperados dos militares, estes, por sua vez, almejavam, além de escravos como butim de guerra, honras e glórias. A guerra fazia parte da política de mercê. Tudo indica que, com o desprestigiado Lacerda outrora preso, não foi diferente. Mas os tempos mudariam para ele.

Em 20 de maio de 1791, Lacerda, que neste momento era Sargento-Mor de Infantaria, escreveu sobre a necessidade do castigo ao marquês de Mossulo pelos insultos contra os

domínios de Sua Majestade Fidelíssima nos Distritos do Dande e Bengo, com a morte de alguns oficiais. Lacerda relata ainda que os rebeldes fizeram cativos a muitos forros, levaram escravos dos lavradores para venderem, incendiaram casas de moradores, suas oficinas e os armazéns Reais da Barra do Dande. Essas ações por parte dos “bárbaros Mossuis” serviram de justificativa para a marcha que levou a batalha entre as tropas de Lacerda e os Mossuis. Ao desembarcar na Barra do Dande, as tropas de Lacerda marcharam para o Libongo e, quando chegaram às primeiras povoações dos inimigos, foram recebidos em campo de batalha. As forças inimigas foram vencidas, saqueadas e queimadas e muitos deles foram mortos ou fugiram. No dia seguinte, os rebeldes voltaram com reforços e empreenderam uma nova batalha, sendo vencidos mais uma vez. A terceira e quarta batalha não foram descritas por Lacerda com riqueza de detalhes, talvez por prováveis revezes. Somente na quinta batalha, que o então Sargento-Mor afirma que os Mossuis estavam divididos em dois numerosos exércitos, pela vanguarda e retaguarda, os primeiros tiros mataram o Comandante da cavalaria, José Tomás de Proença. Nesta notícia da campanha contra os Mossuis, há uma descrição do modo de guerrear dos Mossuis:

O modo com que investem nas suas batalhas é em massa, mas de diferentes figuras: umas vezes em semicírculo, ou meia lua; e outras em colunas de grande fundo a 15 e 20 de frente, e outras vezes em corpos irregulares dispersos à maneira dos nossos pelotões de infantaria. O seu fogo é sem ordem, mas sucessivo à maneira de fogo de alegria, mas violento o mais que é possível; tão violentos, e apressados são em investir, como o são em fugir quando piora o seu partido (...) (LACERDA, 1846: 131).

Em ambos os lados, as técnicas africanas de guerra estavam presentes. Armas de fogo também foram utilizadas por estes rebeldes, a exemplo das espingardas, da mesma forma usaram armas brancas, traçados e espadas, além de broqueis de couro para sua proteção, mesmo que não fossem resistentes a balas (LACERDA, 1846: 130). Por fim, os inimigos fugiram o que para Paulo Martins Pinheiro de Lacerda significou completa vitória.

A importância da Guerra Preta foi ressaltada por Lacerda, já que com a falta dela a trincheira existente no Libongo teve que ser retirada. O ataque do inimigo neste momento fez com que a batalha fosse disputada com ardor por ambos os lados, apesar de mais uma vez Lacerda afirmar que seu exército saiu vitorioso (AHU, CCU, Angola: Caixa 76, documento 28).

Com a chegada de um novo governador, Manuel de Almeida e Vasconcelos, que governou entre os anos de 1790 a 1797, Lacerda continuou tendo o merecimento de um bom soldado, um perfeito comandante da Guerra Preta pelos serviços prestados anteriormente (CORRÊA, 1937, V.2: 178). Em recompensa aos serviços relevantes prestados na Campanha contra o marquês de Mossulo, o governador Manoel de Almeida e Vasconcelos, em 1791, solicitou ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, a mercê do posto de Coronel de Infantaria para Lacerda. Foram solicitadas mercês também para os outros homens que lutaram ao lado de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda nesta mesma campanha.

Após estes conflitos entre o marquesado e as forças portuguesas, representadas pelas tropas de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, o marquês de Mossulo, Dom Antônio Manoel, aceitou, perante o governador de Angola, o termo de undamento, sujeição e vassalagem, neste caso após derrota militar. Assim, em 25 de abril de 1792, “(...) tendo sido derrotados, e vencidos pelas Armas de Sua Majestade Fidelíssima, vieram entregar-se, e deprecar o perdão dos seus excessos (...)” (SANTARÉM, 1855)³, voluntariamente e sem constrangimento algum. Neste auto de vassalagem, confessam terem perdido as suas terras, conquistadas pelas Reais Armas, “à custa de sangue e vidas”, sendo expulsos e castigados pelos delitos praticados, como a destruição de Igrejas e Santos, roubos, por escravizarem pessoas livres, dentre outros crimes.

Manuel de Almeida de Vasconcelos lhes concedeu “o perdão que imploram, aceitando a sua vassalagem, e reconhecimento, que fazem de terem sido legítima e solidamente conquistados” (SANTARÉM, 1855), mas com as condições impostas no Auto de Vassalagem. Deste modo, ficaram obrigados a, em cada um ano, entregarem à Fazenda Real um escravo peça de Índia⁴, e, igualmente, cada um dos outros Sobas, um moleque de seis palmos. Também em toda ocasião de guerra, ou passagem de tropas pelos seus países, seriam obrigados a dar livre passagem e carregadores em auxílio, teriam obrigação de prenderem e

³ Termo de undamento, sujeição e vassalagem que faz o marquês do Mossulo Dom Antônio Manuel, sovas, macotas seus potentados que por impedimento deles não puderam comparecer a este ato, e que tendo sido derrotados, e vencidos pelas Armas de Sua Majestade Fidelíssima vieram entregar-se e deprecar o perdão dos seus excessos perante o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas que em nome de Sua Majestade lhe perdoa, e impõe as condições abaixo declaradas. Celebrado nesta cidade de São Paulo de Assunção de Luanda. 25 de abril de 1792. Documento original localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia do documento na íntegra transcrita na obra Demonstração dos direitos que tem a Coroa Portuguesa sobre os territórios situados na Costa Ocidental d'África entre o 5º grau e 12 minutos e 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz pelo Visconde de Santarém. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

⁴ Cativo adulto (GUEDES, 2012).

remeterem a Luanda toda a pessoa que aparecesse nas suas terras sem autorização para ir comerciar, castigariam os responsáveis pelas desordens cometidas pelos de fora da terra, deviam ainda registrar quem passasse pelo Dande ou Libongo e tudo o que levavam. Como recompensa, poderiam os vassallos viver felizes, com a proteção de Sua Majestade, podendo ser admitidos em Luanda e em outros lugares com o seu comércio, mas sem contrabando. Era a auto exaltação posterior de quem se julgava vitorioso.

Como recompensa ao distinto serviço contra o marquês de Mossulo, realizado por Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, Manuel de Almeida Vasconcelos escreveu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a mercê de conceder o posto de Coronel de Infantaria, conservando-o governo do Forte de Penedo, com seu competente soldo. Lacerda também foi condecorado com o Hábito da Ordem de Santiago. Mais ainda, também foi solicitado para Felix Pinheiro de Lacerda, filho de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda⁵, o posto de capitão e comando da mesma artilharia em que servia como tenente. Os oficiais que, junto a Lacerda, se distinguiram na campanha tiveram um posto aumentando em relação aos ocupados anteriormente, além de serem condecorados com o Hábito da Ordem de Santiago. Os diários e ofícios escritos por Paulo Lacerda, na ocasião da campanha, contribuíram para a exaltação dos seus serviços e foram utilizados como documentos comprobatórios neste pedido de mercê. Evidentemente, a promoção de seu filho e dos homens que nomeou em seu relato (AHU, CCU, Angola: Caixa 76, documento 75), a exemplo de Antônio Gomes Cortezão, Antônio José, José de Almeida de Tovar, Custodio Simões, Pedro de Almeida Rego, Manoel da Costa Pinto e Antônio Fernandes da Silva demonstram como aspectos de ordem política e pessoal influenciavam no acesso e promoção aos postos militares⁶. Outrora, durante o Triunvirato, o próprio Lacerda vivia no ostracismo político.

A participação de Lacerda nas campanhas no sertão de Angola não parou por aí. Em 4 de junho de 1793, o comandante Paulo Martins Pinheiro de Lacerda partiu de Luanda com quatro companhias de Infantaria que incluíam 440 soldados, uma artilharia com 86 soldados, comandada pelo seu filho de Lacerda, o capitão Felix Xavier Pinheiro de Lacerda, três canhões portáteis de campanha e um esquadrão de cavalaria comandado pelo oficial Antônio

⁵ Segundo Ingrid de Oliveira, Paulo Lacerda casou-se na cidade de Luanda e desde relacionamento foi concebido seu filho, Felix Xavier Pinheiro de Lacerda (OLIVEIRA, 2015: 120).

⁶ A consolidação do Estado Moderno Português se deu em torno de características afins, como a ideologia do serviço e a recompensa, laços múltiplos de interdependência e valias. Neste sistema de mercês, foi que se sustentaram novas forças sociais, fidelidades e relações políticas. Para justificarem seu trono e manterem a Coroa, os monarcas tinham como obrigação dar, o que implica em um gesto de obrigações recíprocas. (OLIVAL, 1999: 30)

de Medeiros Frazão. Na parada, realizada no Presídio do Dande, o objetivo era reunir a Guerra Preta e ali acharam 2.003 Empacaceiros⁷ e 2.525 carregadores (CORRÊA, 1937, V.2: 179).

A marcha do Exército tinha como objetivo castigar os sobados de Namboangongo, Quinguengo, Lundo, Zala e os demais, até a Jinga e Holo, localizados ao norte de Luanda, que realizavam o comércio com outras nações, “(...) que com tantos excessos têm ultrajado o respeito das Armas de Sua Majestade” (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 6). Por isso, a artilharia comandada pelo filho de Lacerda realizou um circuito das “Províncias Negricias”, castigando-os, queimando suas Banzas⁸, com o objetivo de mostrar o poder português e retomar as rédeas do comércio dessa região. Durante todas as batalhas, o exército português enfrentou diversas dificuldades, a exemplo das doenças, deserções de soldados negros, morte de cavalos, fome, insubordinação, etc. (CORRÊA, 1937, V.2: 228). O próprio Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, em 12 de junho de 1793, já assinando como Coronel aludiu à ordem que recebeu para castigar estes rebeldes e à participação da guerra preta na sua campanha. Ao criticar o modo como a “Gente Preta” realizava seu acampamento, Lacerda afirmou que se sujeitou a segui-los pela esperança das ações realizadas no sertão de Benguela, Quissamã e no Mossulo (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 6). Ora, assim, mesmo que os membros da guerra preta usassem armas europeias, no sertão prevalecia o seu comando, ou seja, mais do que uma questão de contingente, tratava-se também de submissão político-militar às tropas africanas. Qualquer recompensa que militares portugueses recebessem de “suas vitórias”, dependia de sua capacidade de se submeter e/ou se aliar à guerra preta.

Surpreende-nos o *Mapa do Exercito dirigido a castigar aos rebeldes do sertão de Angola, mandado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, Governador e Capitão General do dito Reino, e de que vai Comandante o Coronel de Infantaria, e Governador da Fortaleza de São Francisco do Penedo Paulo*

⁷ De acordo com Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, o termo empacaceiro deriva de pacaça, um animal e por isso eram assim designados por serem caçadores de pacaça. No entanto, tornaram-se uma milícia indígena dos portugueses por serem conhecedores dos sertões, valentes e bons flecheiros. No decorrer do tempo, tornaram-se uma milícia não só flecheira, mas de mosqueteiros, armados de espingardas, e servindo não só de tropa, mas também de auxiliares dos exércitos portugueses. Relaciona-se com a guerra preta. (TAVARES; SANTOS, 2007: 400).

⁸ Povoação onde reside o governo de distrito ou concelho, sede. Pode ser considerado um lugar principal, cidade e pode ser entendida como capital política, ou seja, sítio onde se encontra o Dembo. (TAVARES e SANTOS, 2002: 381).

Martins Pinheiro de Lacerda (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 6), de 13 de junho de 1793:

Mapa do exército de Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda - 1793

Mapa do Exército dirigido a castigar aos rebeldes do sertão de Angola, mandado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, Governador e Capitão General do dito Reino, e de que vai Comandante o Coronel de Infantaria, e Governador da Fortaleza de Sao Francisco do Penedo Paulo Martins Pinheiro de Lacerda																	
Arraial de Nossa Senhora da Nazareth, e Santo Antonio no Campo do Dande em 13 de junho de 1793	Infantaria da Capital	Cavalaria	Artilharia	Presídios					Total da Infantaria, Cavalaria, e Artilharia	Moradores	Guerra Preta						Total do Exército
				Muxima	Cambambe	Ambaca	Pedras	Massangano			Oficiais	Dembos	Souvas	Quilambas	Empacaceiros	Carregadores	
Coronel Comandante	1								1								
Sargento Mor	1								1	1							
Capitães	3		1						4	4							
Quartel Mestre	1								1								
Ajudante	1								1	2							
Tenentes	5	2	1				1		9	1							
Alferes	3	1		1	1	1		1	8	2							
Capelão	1								1								
Tambor Mor	1		4						1								
Cirurgião e Ajudante	2								3								
Sargentos	4		1	1	1	1	1		9	1							
Furriéis	4		1	1				1	7	1							
Porta Bandeiras	4	1			1		1	1	8								
Cabos de Esquadra	16	2	3	2	2	2	2	2	31								
Tambores e Pifanos	10	1	2	1	1		1	1	17								
Soldados	250	23	41	24	25	44	52	24	483	51							
Soma	307	30	51	30	31	48	58	30	585	63	10	5	238	24	2.003	2.525	5.453

Fonte: AHU, Caixa 79, documento 6.

Este mapa é referente a uma expedição destinada a castigar rebeldes do sertão de Angola. É crucial atentar ao fato de que quem o assinou foi o próprio coronel da expedição, Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda, cuja contagem se refere ao Arraial de Nossa Senhora

da Nazareth, e Santo Antônio no Campo do Dande. Se estes números são reais, constatamos que o exército de Paulo de Lacerda era em grande medida apoiado pela Guerra Preta. Os soldados são o grosso das tropas de artilharia, infantaria e cavalaria, mas surpreendente mesmo é o número de homens que compõem a Guerra Preta. A Guerra Preta era composta de 4.805 (88,1%) homens, o que nos mostra o peso dela nas campanhas de conquista e reconquista em Angola. Como se vê, a organização militar e as tropas, pelo menos em tempo de guerra, necessariamente sofreram adaptações em Angola. O grosso da “força militar portuguesa” era formado pela guerra preta. Aliás, ela não era vista como algo homogêneo, antes hierarquizada entre lideranças e subalternos. Entre os primeiros, os oficiais, os dembos, os sobas e, entre os segundos, os carregadores e, provavelmente, os empacaceiros. Reconhecia-se, portanto, as autoridades militares africanas. Isto sugere que o comando das expedições guerreiras não ficava apenas a cargo dos que desfrutavam de postos com patentes portuguesas. Em suma, sem a adaptação, sem o uso de técnicas e de alianças com militares africanos era impossível formar tropas e empreender guerra.

O Coronel destaca mais ainda a importância da guerra preta e o respeito a sua forma de combate e acampamento quando afirma que, nas campanhas do sertão da África, é útil seguir o método próprio de acampamento da “gente preta”, ao qual se se sujeita pela esperança que lhe deu nas ações no sertão de Benguela, Quissamã e no Mossulo (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 59).

Se, por um lado, Paulo Lacerda deixava explícito seus objetivos em participar destas campanhas e de relatar todo o ocorrido: “Deus queira dar me saúde, e luzes para acertar na minha comissão para merecer o agrado de Vossa Excelência pois com todas as forças me emprego no serviço da minha soberana” (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 6), ou seja, honras e mercês eram os maiores objetivos deste militar, por outro lado, ele também explicitou sua dependência da guerra preta. Um diário do exército referente ao mês de setembro de 1793 foi enviado ao governador Manoel de Almeida Vasconcelos, pelo então coronel comandante do exército, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda em 04 de dezembro de 1793. Lacerda demonstrou sua preocupação nas batalhas travadas com os chefes locais não aliados. Queixa-se da falta da Guerra Preta, já que tinha-lhe:

(...) toda desertado, sendo sem ela impraticável qualquer ação nos sertões de África, nada pode adiantar a Campanha, e tendo-me posto na precisão de ajuntar-lhe nova Guerra Preta, depois que o consegui, não recebi mais notícias (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 6).

Seu êxito dependia de sua capacidade de arregimentar e manter a guerra preta. Por isso mesmo, deserções são queixas frequentes nesta documentação, sobretudo em relação à Guerra Preta. Tendo toda a Guerra Preta desertado, Lacerda precisou reunir outra, o que nos sugere um caráter itinerante deste segmento da tropa. O coronel registra mais duas deserções, a primeira, em 26 de setembro de 1793, quando desertaram 316 empacaceiros e carregadores das jurisdições de Ambaca, Pedras e Golungo. A segunda, em 28 de setembro do mesmo ano, quando desertaram 13 negros da Guerra Preta. A deserção também ocasionava problemas em relação aos armamentos, pois eram levados pelos desertores, como foi o caso do soldado João Antônio Ferreira, que carregou o frasquinho, a cartucheira, o martelinho, o saca-trapo e a mochila, ao passo que o soldado André Gomes “levou” o frasquinho, a cartucheira e a mochila.

Por fim, o diário relata a expedição destinada a castigar “os rebeldes deste Continente” e evidencia a relação destes conflitos com a escravização. Em 5 de setembro de 1793, sete escravos foram recolhidos dos régulos de Namboangongo, que, neste momento, não era um chefe local aliado. Outros 22 escravos, recolhidos do Namboangongo, estavam no Presídio de Massangano, presos pelo capitão José Antônio da Costa Calhão. Nesta ocasião, o Dembo Ambuila, que era um aliado, entregava “a gente de Sua Majestade que tinha em seu poder presa por serem de Muene Zambaxi, é de Guinguengo” (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 59). No entanto, esta escravização não era aleatória como podemos ver na narrativa de Paulo Lacerda:

Dia 3 - Sexta-feira (...) Às seis horas da tarde se recolheu a gente que mandei a buscar mantimento, trouxeram muito e muita gente presa de uma Libata que esta na demarcação do Ambuela, de um morador antigo desta Jurisdição de Encoge, pelo que mandei aviso ao Capitão do Presídio que viesse no dia seguinte a minha barraca com todos os moradores.

Dia 7, sábado – Às nove horas da manhã vieram o Capitão-mor e os moradores e sendo por mim perguntados sobre os escravos que ontem se tinham apanhado todos responderam que a Libata era de um morador antigo deste Presídio de Encoge, que eles todos conheciam, então mandei que fossem examinar os escravos e conhecer-se entre eles haveria algum de Namboangongo, ou Guinguengo, feito o exame, e não se achando nenhum que pertencesse aos ditos Régulos, os mandei soltar por não estar feita boa presa, e aos soldados e pretos que os tenham armado fiz saber que assim o devia praticar. Na madrugada deste dia se foi para a sua Banza o Dembo

Ambuela D. Bernardo, com licença minha a fazer a diligência de prender a gente de Namboangongo que andasse pelas suas terras (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 59).

Percebemos aqui que somente escravos dos rebeldes interessavam para o aprisionamento e, para isto, foi necessário interrogar o Capitão-mor de Encoge e os moradores. Mais uma vez, o Dembo Ambuela aparece como aliado e autorizado a efetuar a prisão das pessoas de Namboangongo. As guerras e as alianças estabelecidas com os chefes locais são parte do processo de escravização dos homens para o comércio de escravos. Digo para o comércio, porque fica evidente que era o fato, ou não, de ser um escravo de um rebelde o que definia se certos homens seriam encaminhados para o comércio Atlântico de escravos, ou talvez escravizados no Reino de Angola⁹. Outros casos de prisão de escravos de não aliados também são narrados, a exemplo dos escravos dos régulos Matheus Pinheiro de Souza Castanho e Pedro Rodrigues de Souza (refugiados nas Libatas de D. Suzana Holo), de Lourenço Rodrigues Barroso, Pedro Rodrigues Camelo e de Manoel da Silva Dias. Paulo Lacerda afirma que averiguou com os moradores e mandou soltar os escravos que não pertenciam aos régulos. Interessante, no caso de Mateus Pinheiro e Pedro Rodrigues, é que foram os moradores do Presídio de Encoge e os oficiais do Exército os questionados sobre a rebeldia e traição destes dois homens, suas afirmações que serviram de justificativa ao sequestro dos escravos.

Em 21 de setembro de 1793, o coronel informa ter marcado a “gente de Sua Majestade” e, no dia 23 do mesmo mês e ano, enviou 120 cativos para a cidade. Nesta ocasião, mais pessoas da Guerra Preta, das Pedras e de Ambaca fugiram (AHU, CCU, Angola: Caixa 79, documento 59).

Na campanha contra o marquês de Mossulo, como recompensa, Lacerda já havia sido condecorado com o posto de Coronel de Infantaria e com o Hábito da Ordem de Santiago Tiago. Após toda a participação do Coronel em outras campanhas contra os chefes locais, Manuel de Almeida Vasconcelos informou a Sua Majestade sobre seus “valerosos feitos”. Por isso, em 22 de junho de 1794, a Rainha, D. Maria I, o premiou com o posto de Coronel efetivo do Regimento de Infantaria de Linha de Luanda e com o Hábito da Ordem de Avis. Elias Alexandre da Silva Côrrea afirma que Lacerda conseguiu sua reforma com a mesma patente, com soldo inteiro para gozar em qualquer parte do império português que escolhesse

⁹ Candido explora em sua obra a escravização ilegal em Angola. (CANDIDO, 2011).

viver. Passou ao Rio de Janeiro, alcançou o posto de Brigadeiro, pago sempre como Praça do Reino de Angola (CORRÊA, 1937, v.2: 230).

Em finais do século XVIII, muitos eram os conflitos que ocorriam no sertão de Angola. Interessante era o apoio da guerra preta, ou seja, dos africanos nestas expedições, como evidenciou Paulo Martins Pinheiro de Lacerda ao narrar os “seus feitos”. Então, devemos questionar se, de fato, a violência era a via principal da Coroa portuguesa, até mesmo porque, nas expedições militares havia uma expressiva presença de africanos. Nos relatos de Paulo Lacerda fica explícita a importância da Guerra Preta. Súditos portugueses precisavam contar com o apoio de africanos para empreender suas campanhas contra chefes locais considerados rebeldes. As propostas reformadoras da segunda metade do século XVIII, principalmente as relativas ao domínio territorial, ainda não tinham sido concretizadas, pelos conflitos com os chefes locais, pela presença de estrangeiros e pela própria realidade local. Mas fica ainda a interrogação sobre os motivos que levaram o expressivo contingente da guerra preta a atuar junto às “forças portuguesas”. Fica evidente que ao lado de africanos, Paulo Lacerda fez sua carreira militar e obteve mercês e prestígio em sua trajetória.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Fontes Manuscritas**

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU, CCU, Avulsos Angola, 29 de junho de 1791, Caixa 76, documento 28.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 7 de agosto de 1791, Caixa 76, documento 75.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 13 de junho de 1793, Caixa 79, documento 6.

AHU, CCU, Avulsos Angola, 30 de setembro de 1793, Caixa 79, documento 59.

- **Fontes Impressas**

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937. Nota prévia pp., VIII, IX, X.

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791*. Annaes Maritimos e Coloniaes redigidos sob a direção da

Associação Marítima e Colonial, Sexta parte, parte não oficial, 1846, Lisboa na Imprensa Nacional.

SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros, 2º visconde de. Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territórios situados na costa ocidental d’Africa entre o 5º grau e 12” e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

- **Artigos, Teses e Livros**

CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de Esclavización: Esclavitud, Comercio e Identidad en Benguela, 1780-1850*. Mexico: Colegio de Mexico Press, 2011.

CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012.

OLIVAL, Maria Fernanda. *Honra, mercê e venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*. Dissertação de doutoramento em História Econômica e Social Moderna. Universidade de Évora, 1999.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia “reformada”*: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cacahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

